



Title	Shindo Renmei(1945-1948) : memória(s) e história(s)
Author(s)	Dezem, Rogério Akiti
Citation	ブラジル研究. 2012, 8, p. 33-49
Version Type	VoR
URL	https://hdl.handle.net/11094/106532
rights	
Note	

The University of Osaka Institutional Knowledge Archive : OUKA

<https://ir.library.osaka-u.ac.jp/>

The University of Osaka

Shindo Renmei (1945-1948): memória(s) e história(s)

Rogério Akiti Dezem¹

“La vida ha sucumbido ante la muerte,
pero la memoria sale victoriosa
en su combate contra la nada”

(Tzvetan Todorov, in: *Los abusos de la memoria*. p. 27)

“El pasado es siempre conflictuoso...”

(Beatriz Sarlo in: *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. p. 09.)

O silêncio e a tranquilidade ao receber a sentença de culpados demonstrado pelos japoneses Hiromi Yamashita, Massakiti Taniguti, Massao Honke, Fumio Ueda, Taro Mushino, Tokuiti Hidaka e Kozunori Yoshida, surpreenderam o público e os agentes da Polícia Política (Deops) presentes ao julgamento. Corria o mês de outubro de 1953 e estes japoneses que causaram espanto aos representantes das autoridades ali presentes, eram os sete tokkotai julgados por crime de assassinato e condenados, cada um, a mais de 10 anos de prisão. Yamashita, Taniguti, Honke, Ueda e Mushino foram condenados, inicialmente a dezessete anos de reclusão e oito meses de detenção, ao passo que Hidaka e Yoshida foram condenados por unanimidade a quatorze anos de reclusão. É interessante notar que, durante o julgamento, os réus acusados de terrorismo e homicídio, pelas mortes de Chuzaburo Nomura (abril de 1946) e Jinsaku Wakiyama (junho de 1946) mantiveram uma atitude tranquila,

assumindo inteiramente a responsabilidade pelos fatos ocorridos, “lamentando o trabalho que estavam dando à Justiça brasileira”. Estes ‘perigosos’ japoneses eram acusados de fazer parte da Shindo Renmei, associação clandestina² que causou alvoroço não só em sua comunidade de origem, a de imigrantes japoneses e descendentes, mas também em dimensão nacional.

Considerada no seio da comunidade nikkei um dos maiores tabus da história da imigração japonesa no Brasil, a Shindo Renmei (‘Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos’) representa um dos capítulos mais complexos, violentos e singulares dessa trajetória de pouco mais de cem anos.

Neste artigo gostaria de discorrer sobre a associação Shindo Renmei aliando elementos da narrativa histórica, baseada em documentos confeccionados pelo Deops/SP (Polícia Política) e o depoimento escrito pelo imigrante japonês Tokuiti Hidaka (pront. 6419), citado acima e um dos poucos participantes efetivos do caso Shindo Renmei ainda vivo. Testemunha chave nos acontecimentos que deram notoriedade nacional à Shindo, Hidaka san, na época (1946) com 19 anos³, participou diretamente do atentado que levou a morte de seu conterrâneo, o ex-militar japonês Jinsaku Wakayama. Seriam Hidaka san e os seus companheiros ‘terroristas’ e ‘assassinos frios’ como a Polícia Política e a Imprensa da época definiram?

Antes de traçar uma narrativa mais analítica, menos apaixonada e estereotipada sobre a Shindo Renmei, cabe aqui esclarecer um pouco da relação entre o historiador e a testemunha histórica, em nosso caso Hidaka san.

Segundo o filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov, a *testemunha* seria o:

“ (...) indivíduo que convoca suas lembranças para dar uma forma, portanto, um sentido à sua vida e constituir assim uma identidade. Cada pessoa é testemunha de sua própria existência, cuja imagem ela constrói omitindo certos acontecimentos, retendo outros, deformando ou acomodando outros ainda (...) as testemunhas desconfiam dos historiadores: eles não estavam lá, não sofreram na própria carne, na época dos fatos usavam calças curtas ou até nem tinham nascido.” (TODOROV, 2002, p. 151-156)

Já o *historiador* seria o:

(...) representante da disciplina cujo objeto é a reconstituição e análise do passado (...) ele tem como horizonte último não mais o interesse do sujeito, mas a verdade impessoal. (...) embora humano, portanto falível, e determinado pelas circunstâncias temporais e espaciais de sua existência (...) ele procura estabelecer aquilo que julga ser a verdade (verdade de elucidação)." (Idem, p. 51)

A relação (embate?) entre *testemunha/documento* é um dos principais paradigmas do ofício de historiador. Relação delicada, complexa, pois é rica em nuances, sombras, luzes, lapsos, enfim, momentos em que a *memória viva* (oralidade) se defronta com a *memória escrita* (documento), usando a metáfora futebolística, caberia ao historiador fazer o “meio de campo” entre esses dois universos, sem julgá-los. Para o historiador francês Marc Bloch (1886-1944): “(...) o historiador ao contrário do cientista, é duplamente propenso à fraqueza e à fragilidade da memória humana. Entretanto, a maior parte da obra do historiador consiste em *identificar a verdade, aquilo que é falso e aquilo que é provável*”. (BLOCH, 2001, p. 29). Este é o nosso objetivo neste breve artigo.

Os imigrantes japoneses durante o Estado Novo (1937-1945)

A partir de 1937, o Estado Novo varguista com sua política nacionalista, baseada em elementos eugênicos (como a ‘ideia’ de aperfeiçoamento da *raça brasileira*) dava o tom das diretrizes xenófobas tomadas naqueles anos. Segundo a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, a ditadura instaurada por Getúlio Vargas em fins de 1937 pretendia “(...) através de decretos-leis e circulares secretas, converter as diferenças em igualdade. Mas não com o sentido democrático e sim racista. O termo eugenia tornou-se constante nos discursos acadêmicos e políticos expressando ideais similares ao fascismo italiano que almejava, dentre seus objetivos, a ‘pureza da raça’”. (CARNEIRO, 1988, p. 101).

A nação brasileira, sob a ótica da política nacionalista varguista, era metaforicamente identificada como um corpo, um organismo vivo. Cabia ao Estado mantê-lo sadio, livre de elementos estranhos que pudessem maculá-lo, adoecê-lo. Desse modo, devia-se livrar o território nacional dos elementos estranhos, no discurso da época, ‘alienígenas’, que formavam ‘quistos étnicos’ no corpo da nação. Dentre os grupos considerados ‘alienígenas’ encontravam-se os imigrantes japoneses. A grande maioria fixada no Estado de São Paulo, principalmente no interior, como demonstram as estatísticas abaixo (1939):

Brasileiros	65,45%
Japoneses	91, 72 %
Espanhóis	58, 14%
Italianos	51,38%
Portugueses	29,54%
Alemães	36,05%

Fonte: Serviço de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo (1939).

Foi sob um clima de caráter xenófobo e de desconfiança que uma série de decretos-leis foram baixados entre os anos de 1938-39. Proibiu-se inicialmente o ensino de línguas estrangeiras nas escolas (Constituição de 1937) e logo depois, um novo decreto proibia o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos, além disso foi vedado aos estrangeiros o exercício de qualquer atividade política; de organizar, manter ou criar sociedades que sejam mantidas com verbas do exterior; proibia-se a manutenção de jornais em língua estrangeira; desfiles e/ou manifestações públicas de caráter

estrangeiro eram vedadas. Essas medidas atingiram em cheio os alemães e os japoneses radicados no país.

A paulatina aproximação de Vargas junto aos Estados Unidos e a possibilidade de um conflito mundial no qual os ‘Súditos do Eixo’, ou seja, os alemães, os italianos e os japoneses pudessem vir a ser considerados ‘inimigos’, vislumbrou um horizonte sombrio principalmente para a maioria dos imigrantes japoneses aqui radicados. Naquele momento eles se encontravam pressionados por dois nacionalismos: o japonês, de caráter militarista, baseado em atitudes beligerantes e expansionista e o brasileiro, que acabamos de descrever acima.

Em 1941, ocorreu o fechamento das últimas revistas e jornais em língua japonesa, um deles, o *Seishu Shimpô*, em seu último editorial fazia um apelo aos japoneses residentes no Brasil: “*Asiáticos voltem para Ásia*”. Dessa forma abriu-se um vácuo em relação às informações no seio da comunidade japonesa, onde a maioria esmagadora tinha nestes jornais sua principal fonte de informação. Privados de notícias em língua japonesa, proibidos de alfabetizar seus filhos na língua mãe e, consequentemente, educá-los sob a égide do Yamato Damashii (Espírito Japonês), muitos imigrantes japoneses resolvem voltar imediatamente para o Japão para, entre outras coisas, educar seus filhos sob o Hi-no-maru (bandeira do Sol Nascente).

O ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor (07/12/1941) e o imediato rompimento por parte do governo brasileiro com os países do Eixo (29/01/1942) reforçou mais ainda o quadro de privações, discriminação e repressão vivenciado pelos japoneses. Os representantes diplomáticos das nações que representavam o Eixo tiveram de deixar o país. A Superintendência de Segurança Pública de São Paulo baixou um edital regulamentando a atividade dos estrangeiros naturais dos países do Eixo. Entre as principais medidas estavam a proibição do uso do idioma das mesmas potências em locais públicos; de se deslocarem de uma para outra localidade sem salvo-conduto; de discutir ou trocar ideias em locais públicos, sobre a situação internacional; de se reunirem, ainda que em casa de particulares, a título de comemoração de caráter privado e de exibir em lugar acessível, ou

exposto ao público, retratos de membros do governo das potências do Eixo.

Neste contexto de privações e prisões, na qual a ‘lógica da desconfiança’ estava na ordem do dia, havia para a maioria dos japoneses, apenas uma grande certeza: O Japão sairia como grande vencedor do conflito e por isso seus Súditos aqui radicados deveriam manter ‘a ferro e fogo’ os valores culturais baseados no Yamato Damashii. Foi nesse palco que entre 1942 e 1945, surgiram uma série de associações no interior da comunidade japonesa, em sua maioria clandestinas. Este seria um dos vários mecanismos, naqueles anos de apreensão, desinformação e incertezas, criados na tentativa de manutenção da cultura japonesa na esperança da volta ao ‘vitorioso Japão’, fato que nunca aconteceu... *Ser japonês* perante a uma realidade beligerante vivenciada naqueles anos, representava algo mais do que a honra, lealdade, representava a sobrevivência do próprio *ethos* nipônico em terras ‘estrangeiras’.

Existem no mínimo três versões sobre a fundação da Shindo: uma afirma que a sociedade surgiu no ano de 1942 em Marília (interior do estado de São Paulo); outra (a mais provável) que surgiu entre os anos de 1943 e 1944 com o nome de *Kodôsha*; e a versão propalada em depoimento à Polícia Política pelos dirigentes da sociedade de que ela havia surgido logo depois do final da guerra, ou seja, em agosto de 1945.

Nasce a *Shindo Renmei*...

O fim da guerra para o Japão, com a veiculação notícia da derrota do Dai Nippon (Grande Japão), nação de 2.600 anos de história e que, segundo a mitologia nacionalista japonesa, até aquele momento não havia nunca sido derrotada, caiu como ‘um raio’ na comunidade japonesa radicada, principalmente, nos estados de São Paulo e do Paraná. Acreditar ou não nas notícias veiculadas pelos ‘inimigos norte-americanos’? Se até outro dia o Japão estava de forma retumbante esmagando seus inimigos? Confusão e descrença, falta de informações confiáveis e boatos, levaram a uma divisão entre os japoneses aqui radicados. Na memória de Hidaka san, “o

ano de 1945 foi um ano inesquecível para muitos japoneses”. E continua:

“Na época com 18 anos de idade, eu morava em Tupã, ouvia as notícias do Japão pelas ondas curtas na residência que possuía um rádio, juntamente com alguns companheiros com extremo cuidado para vedar o vazamento de som. Entretanto em meados de agosto foi ouvida as palavras de Sua Majestade anunciando a derrota do Japão, que até então se ouvia (sic) notícias favoráveis das batalhas acompanhadas de “Gunkan march”⁴. Eu que sempre acreditei na invencibilidade do Japão, não fui capaz de imaginar (isso) a não ser uma estratégia desleal dos aliados.” (HIDAKA, 2011)

O sentimento de assombro, eivado de dúvidas foi a sensação recorrente para grande parte dos japoneses e descendentes naqueles meses pós-guerra. Boatos e falsas notícias sobre o desfecho do conflito mundial circularam pelo interior da comunidade japonesa. Divergências de caráter ideológico, sócioeconômico e político, existentes entre os imigrantes japoneses latentes desde o final da década de 1920, vieram à tona.

A historiografia sobre a Shindo Renmei costuma dividir a comunidade japonesa na época dos acontecimentos (de forma didática) em dois grupos. De um lado os katigumi (‘vitoristas’), que devido a falta de fontes de informação em língua japonesa e pela maioria viver quase que isolada no interior do Estado de São Paulo, acreditavam na vitória do Japão na guerra, este grupo perfazia quase 80% da colônia. Acredita-se também que boa parte daqueles que formavam o grupo katigumi eram imigrantes que não conseguiram se adaptar a realidade brasileira, muitos não obtiveram o sucesso almejado e desse modo alimentavam a esperança na crença ‘inabalável’ da vitória do Japão e do retorno à pátria.

De posição contrária se encontravam os makegumi (‘derrotistas’ ou ‘esclarecidos’), grupo formado por aqueles que tinham acesso aos meios de comunicação em língua portuguesa, possibilitando assim a formação de uma consciência da verdade e que, por esses motivos, divulgavam a notícia real de que o Japão havia perdido a Guerra e consequentemente o Imperador Hiroito deixava de ser uma figura “divina”. Havia um terceiro grupo, bem

menor, chamado pelo memorialista japonês Tomoo Handa de ‘lero-lero’, aqueles que não se definiam nem por um lado nem por outro.

Aproveitando-se dessa confusão entre os patricios, alguns japoneses criaram artifícios para ludibriar os mais incautos e confusos, propagando não só a vitória do Japão, mas também a história da chegada de um navio no porto da cidade de Santos (estado de São Paulo) que levaria os imigrantes de volta para a terra do sol nascente, a venda de terras ‘fertilíssimas’ em áreas conquistadas pelo ‘vitorioso’ exército japonês na Ásia e a venda de iene falso e/ou desvalorizado utilizado em territórios onde havia ocorrido a ocupação japonesa (Filipinas, Cingapura e outros locais) durante a guerra, entre outros boatos.

Segundo a historiadora Rosângela Kimura, os acontecimentos que *desencadearam e foram desencadeados* pelos atos da *Shindo Renmei* marcam um processo de largo espectro dentro da história da imigração japonesa, pois “(...) *a divisão intragrupal que se figurou com ela, expôs uma série de problemas, tensões latentes, rancores ocultos, psicopatias(...)*” (KIMURA, 2006, p. 143)

A Shindo é em grande parte produto deste universo confuso pelo qual passava a comunidade japonesa no pós-guerra. Entre várias sociedades e associações clandestinas (e efêmeras) surgidas ainda na guerra, a Liga dos Seguidores do Caminho dos Súditos se destacou por sua estrutura, liderança e, segundo a propaganda da mesma, capaz de aglutinar cerca de ‘120 mil japoneses e descendentes’ em torno, a princípio de um ideal: a manutenção do Yamato Damashii e da convicção de que o Japão não perderia a guerra.

Seus líderes e fundadores eram na maior parte ex-militares japoneses como o o ex-Coronel da Cavalaria Junji Kikawa, conhecido na comunidade japonesa como ‘o velho Kikawa’ e Kyo Yamauchi, além de outros japoneses, Ryotaro Negoro, Seiti Tomari (não militares).

A Shindo tinha sua sede na Rua Paracatu, 96, no bairro do Jabaquara, na capital paulista e mais de 60 filiais espalhadas pelo interior do Estado de São Paulo. Entre os documentos apreendidos na sede da sociedade pela Polícia Política paulista (Deops/SP) que investigava o caso, havia um mapa e uma lista das principais cidades e de seus sócios-contribuintes. A cidade de Marília

encabeçava a lista com cerca de 12.000 associados, logo depois vinham Pompéia (10.000), Tupã (8.500), Mirandópolis (5.700) entre outras. A maior parte dos associados se encontrava nas regiões da Noroeste e da Alta Paulista no estado de São Paulo.

Até o início de 1946 elementos supostamente ligados à Shindo, por meio de cartas, bilhetes ou até mesmo cartazes afixados nas cidades do interior, todos em língua japonesa usavam da intimidação escrita e verbal para com os japoneses considerados makegumis, acusados de fazer propaganda da derrota do Japão. Na cronologia oficial, ou seja, a partir da historiografia do tema, das ameaças escritas, passou-se para os atentados com bombas caseiras e logo depois para os assassinatos. Em 7 de março de 1946, ocorreu na cidade de Bastos o primeiro assassinato registrado de um makegumi. A vítima foi Ikuta Mizobe, Diretor Superintendente da Cooperativa Agrícola de Bastos. Atacado de surpresa em sua residência e assassinado por volta das 23:30h. O motivo do crime foi a tradução que Mizobe divulgou da rendição japonesa para os japoneses instalados em sua pequena cidade.

Segundo as investigações da Polícia Política, o grupo de assassinos vestidos de capa amarela fazia parte da Tokkotai (neste caso abreviação de Tokubetsu Kodotai) ou Unidade de Ação Especial⁵. O fato de supostamente os tokkotai representarem o braço armado da Shindo Renmei, só foi descoberto tempos depois pelo Deops paulista, quando ocorreu a prisão de alguns de seus integrantes, geralmente jovens japoneses de vinte e poucos anos movidos pelo sentimento nacionalista e ‘liderados’ por alguém mais velho e mais ‘nacionalista ainda’, beirando o ‘fanatismo’. Em depoimento à polícia alguns japoneses presos disseram que havia a orientação para que caso fossem presos, os tokkotai não deveriam mencionar em hipótese alguma sua filiação à Shindo. Como ‘regalia’ por participar dos tokkotai, seus membros eram isentos de qualquer contribuição, como por exemplo a mensalidade paga por cada associado a sociedade.

Há uma versão bem diferente da ligação do grupo tokkotai com a Shindo Renmei, segundo o imigrante japonês Takao Oshiiwa⁶ em seu depoimento na obra *Cem anos de águas corridas* ao jornalista Osamu Toyama, não havia nenhuma relação entre os grupos e associação:

“Eu fui um membro de Tokkotai. Mas, a nossa Tokkotai não é a mesma do esquadrão suicida da força aérea japonesa cujo sentido é Força de Ataque Especial do tempo da guerra, criamos uma Unidade de Ação Especial. (...) Os atentados de São Paulo foram da nossa Tokkotai – Unidade de Ação Especial.

Muitos dizem que fazíamos parte da Shindo Renmei, mas nós não tínhamos nada que ver. Todo mundo se engana a esse respeito”. (TOYAMA, 2009, p. 285)

Outro ponto que gera controvérsias entre a documentação (prontuários e dossiês) produzida a partir das investigações da Polícia Política e dos depoimentos de testemunhas presas por estarem diretamente envolvidas nos atentados, foi sobre o papel do japonês Kamegoro Ogasawara, proprietário da Tinturaria Oriente e que segundo consta no depoimento do japonês Hiromi Yamashita (pront. 6426) à polícia, Ogasawara era o aliciador e chefe dos tokkotai, transformando sua tinturaria, na cidade de São Paulo, em quartel-general das missões tokkotai. Segundo os investigadores do Deops, jovens isseis vindos em sua maioria do interior do estado de São Paulo, geralmente se reuniam ali e partiam em grupos recebendo capas amarelas, bandeiras do Japão, armas e dinheiro para as ‘missões’ de extermínio de makegumis.

Ainda na obra de Toyama, encontramos uma versão bem diferente dos fatos sustentados pela documentação policial. As confissões assinadas pelos japoneses Fumio Ueda, Kazunori Yoshida e Tokuchi Hidaka, tem o mesmo teor da confissão de Yamashita citada anteriormente. Décadas depois ao serem confrontados com um cópia da documentação produzida partir de suas ‘confissões’ pelo Deops paulista, Hidaka san e o próprio Yamashita se mostraram surpresos. O ex-tokkotai Yamashita afirmou, segundo Toyama, que não havia dito nada daquilo sobre Ogasawara, acrescentando com bom humor: “*É uma piada!*”⁷ Hidaka san acrescentou que:

*“Realmente, a confissão está assinada por mim. Entretanto, só fui aprender português depois de ter cumprido a pena. Ademais, nem me deixaram ler a confissão”.*⁸



Foto da Tinturaria Oriente no início da década de 1940, propriedade do japonês Kamegoro Ogasawara, que segundo os documentos do Deops paulista servia de esconderijo para os tokkotai vindos do interior do estado de São Paulo. (Acervo do autor).

Além disso, Hidaka san e Yamashita afirmaram categoricamente que não receberam treinamento, nem dinheiro de Ogasawara, reforçando, desse modo, a tese de que agiram por livre espontânea vontade e que o assassinato de Wakiyama, não tinha nenhuma ligação com a Shindo Renmei. Ainda segundo os ex-tokkotai, a Polícia Política tentava de várias maneiras criar indícios de que havia uma ligação direta entre o terrorismo e a associação.⁹

Em abril de 1946 o Deops paulista dava início ao desmantelamento da Shindo. A maioria de seus dirigentes e principais líderes, em pouco mais de dois meses, foi presa e enviada

para a Casa de Detenção de São Paulo. Dos japoneses presos, segundo os prontuários da Polícia Política, 155 foram enviados para o presídio da Ilha Anchieta, litoral norte do Estado de São Paulo, dos quais 81 foram condenados a expulsão do território nacional em decreto presidencial de agosto de 1946.

Sob o ocorrido, as palavras de *Hidaka san* soam com um ar mais realista:

“Numa noite após o jantar fomos levados da Ordem Política à Santos. Em Santos sob uma forte escolta embarcamos num navio cargueiro de menos de 100 toneladas, e atirados no porão de cargas. Era um lugar horrível, mas os idosos e pessoas com problemas de saúde foram permitidos a permanecerem no convés.

Era providência arbitrária do sargento encarregado pelo transporte. Foi um ato que nos agradou muito. Esta foi a primeira leva de 70 presos de desterro à Ilha Anchieta. Foram enviados vários grupos até chegar a 170 presos. Os que atuaram de fato em várias regiões eram menos de 20, o restante eram diretores da sede ou filial da Shindo Renmei, que foram submetidos a teste de fidelidade ou por ter recusado a proposta de aderir à campanha de reconhecimento da derrota na Ordem Política, era de dar pena.” (HIDAKA, 2011)

Aqui encontramos outra divergência entre os documentos e o testemunho de Hidaka san. Segundo os documentos confeccionados pela Polícia Política, foram 155 japoneses enviados para o presídio da Ilha Anchieta, sendo que 81 na primeira leva. Números que divergem do depoimento acima.

A própria polícia atesta que devido a um erro de datilografia ou de confusão de nomes, o japonês *Hiroshi Ogazawara* (pront. 70081) não teve seu nome incluído na primeira lista (mais divulgada) com o nome dos 80 expulsandos, posteriormente seu nome foi incluído na lista final oficial, perfazendo os 81 nomes da primeira leva de japoneses enviados para o Instituto Correcional da Ilha Anchieta.

Para uma boa parcela dos japoneses presos na Ilha, a efetivação da pena (expulsão) era aguardada ansiosamente, pois seriam enviados de volta ao ‘vitorioso’ Japão. Um dos lados

sombrios deste episódio foi que algumas famílias perderam o seu chefe, ou seja, o principal provedor, preso sob acusação de estar ligado ao terrorismo e à Shindo. Ninguém foi expulso. Sendo que a maior parte dos presos foi colocada sob liberdade vigiada entre os anos de 1948 e 1949.

Mesmo com a prisão das principais lideranças e da maioria dos tokkotai, os assassinatos e atentados continuaram até cessar oficialmente em janeiro de 1947. Os números oficiais calculam que o saldo trágico, entre março de 1946 e janeiro de 1947, foi de 23 mortes e 147 feridos, a maior parte das vítimas foi de makegumis, no entanto, a partir de depoimentos contemporâneos de testemunhas e de ‘histórias’ que circulavam entre a comunidade nikkei, acreditasse que o número de casos de violência e morte tenham sido bem maiores de ambos os lados.

Sob a versão oficial que se encontra publicada na maior parte das obras sobre a Shindo, questiona Hidaka san:

“Ainda, não sei em que base foi calculada o número de vítimas dos derrotistas que são mais de 20. As vítimas entre os vitoriosos (sic), ao menos os que eu saiba são: Namiji Shimano, Fukuo Ikeda, Kazuo Miyahara, família Ikuji Yoshimura (6 pessoas) foram assassinadas pelos grupos de autovigilância, policiais ou vieram a falecer em decorrência de torturas a que foram submetidos. O(s) livro(s) não faz(em) menção destes casos. Comecei a compreender o termo: “a história é escrita pelos vencedores”.

E ainda, ninguém sabe o paradeiro das cartas de denúncias de traição, as razões de nossos atos e da recomendação do suicídio que foram deixados no local do acontecimento.” (HIDAKA, 2011)

O ‘caso Shindo Renmei’ como ficou conhecido entre as autoridades policiais e jurídicas é considerado um dos processos com o maior número de indiciados na história do Brasil com mais de 600 japoneses.

Epílogo?

Os fatos relatados acima, estão deixando de ser um tabu na comunidade *nikkei*. Com a divulgação de depoimentos, livros, teses e artigos relativos ao tema esta é uma história que está sendo construída. Devemos tomar cuidado por não nos ater apenas as fontes ‘oficiais’, como os documentos confeccionados pela Polícia Política (Deops) que apesar de serem fundamentais para o estudo da Shindo Renmei, estes registros não são, como adverte o historiador britânico Peter Burke, “(...) atos de Memória inocentes, mas sim tentativas de persuadir, de moldar, a memória dos outros” (BURKE, 1992)

Existem muitas lacunas nessa história e o que é pior, veiculam-se no universo virtual, informações errôneas sobre a Shindo Renmei, fruto de visões estereotipadas, descuidadas e factuais com relação a tão complexo tema. Longe de buscar a compreensão dos fatos ou um comprometimento mais sério entre as fontes históricas, muitos *sites* pautam-se por algo mais simplista, informativo, criando a impressão, para a maioria leiga, de que o episódio foi um ‘bang-bang à japonesa’ ou de que um grupo de ‘japoneses fundamentalistas’ saiu matando seus conterrâneos que divulgavam a derrota japonesa na guerra. Dessa forma, corre-se o risco de se construir/consolidar, mais ainda, uma ‘Memória oficial’ sobre a Shindo Renmei. Memória essa, que foi se delineando desde o final da década de 1940 e que aliada ao próprio silêncio da comunidade japonesa, transformou-se no maior *tabu* da História da Imigração Japonesa no Brasil. Neste artigo ressaltei que a história oral se torna uma importante aliada para desmistificar essa ‘Memória Oficial’, daí a importância das memórias subterrâneas¹⁰, concorrendo/dialogando com os fatos/relatos ditos ‘oficiais’. Para o pesquisador austriaco Michael Pollak as memórias subterrâneas “(...) prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Nesses momentos a “memória entra em disputa”, conflito, concorrendo entre si. (POLLAK, 1989, p.2)

Devemos nos ater também ao fato de que a grande maioria dos japoneses que estavam associados a *Shindo*, não se tratavam de

‘fundamentalistas’, ‘fanáticos’ ou ‘malucos’, longe disso! Na realidade eram imigrantes educados a partir de paradigmas totalmente diferentes à cultura brasileira, vivenciando um momento crucial da história de suas vidas, devido as agruras da guerra e do pós-guerra. Nesse universo sombrio poucas eram as referências ‘seguras’, a *Shindo Renmei* (e outras associações clandestinas por lei) surge em um momento propagandeando ser a portadora da preservação de um *ethos*, como também das respostas a uma série de dúvidas que pareciam insofismáveis naqueles meses. Fica a pergunta: Que culpa a maioria destes imigrantes japoneses tinha em simplesmente acreditar na ‘vitória’ do Japão?

Notas

¹ Professor convidado de Língua e Cultura Brasileira da Universidade de Osaka e da Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto. Autor de *Shindô Renmei: Terrorismo e Repressão* (Série Inventários Deops; São Paulo, AESP, 2000) e *Matizes do “Amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)* (São Paulo, Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005). Pesquisador do Proin/USP desde 1997 e do LEER/USP desde 2011.

² Considerada clandestina (e não secreta) perante a lei, pois a legislação federal vigente na época (decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938) proibia a formação de sociedades ou associações formadas e dirigidas por estrangeiras, as mesmas deveriam ser “nacionalizadas”.

³ O mais jovem entre todos os japoneses acusados e presos de fazer parte da *Shindo Renmei*.

⁴ A bela marcha militar “Gunkan March (jap. Gunkan Kochinkyoku / port. Marcha dos Navios de Guerra ou Marinha de Guerra) foi composta pelo japonês Tokichi Setoguchi (1868-1941) no início do século XX, tornando-se um dos grandes símbolos do nacionalismo nipônico principalmente durante a Segunda Guerra Mundial.

⁵ “Em japonês, Força de Ataque Especial é “Tokkotai”, abreviatura de *Tokubetsu Kogeikitai*. Embora a grafia em português seja a mesma, a abreviatura é de *Tokubetsu Kodotai* para Unidade de Ação Especial. Neste caso, “ação especial” significa terrorismo.” in: Toyama, Osamu. *Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa* (título original em japonês: *Hyakumen no Suiryu*). São Paulo; AGWM, 2009. p. 285.

⁶ “Oshiwa foi preso pela Ordem Política em janeiro de 1947 por ter sido cúmplice de um atentado terrorista. Interrogado foi enviado à Casa de Detenção, onde permaneceu por cerca de cinco anos” Idem., p. 283.

⁷ Idem, p.322.

⁸ Ibidem.

⁹ Idem, p. 324.

¹⁰ Define-se como memória subterrânea o conjunto de memórias que foram silenciadas ou silenciaram-se (“não-ditas”), competindo e/ou fazendo oposição à memória oficial.

Bibliografia

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. “A História como Memória Social” Capítulo XIV. in: **O mundo como teatro – Estudos de Antropologia Histórica**. Lisboa, Difel, 1992.. Site: <http://muna.tripod.com/17.html> (acesso em 12/12/2011)

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Antissemitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo, AESP/Imprensa Oficial, 2000.

HIDAKA, Tokuchi. “Meus 10 anos do período pós-guerra”. Marília, 21/02/2011.

Depoimento escrito cedido pelo autor.

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950 (De cores proibidas ao Perigo Amarelo)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

NAKADATE, Jouji. **O Japão venceu os aliados na Segunda Guerra Mundial? O movimento social *Shindo Renmei* em São Paulo (1945-1949)**. Vol. I-III. Dissertação de Mestrado em História. PUC/SP, 1988.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15. Site: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf (acesso em 10/12/2011)

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión** – la ed. Lareimp – Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do Mal, Tentação do Bem: Indagações sobre o século XX**. São Paulo: Arx, 2002.

_____, **Los abusos de la memoria**. Barcelona, Ed. Paidós Ibérica, S.A., 2008.

TOYAMA, Osamu. **Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa** (título original em japonês: *Hyakunen no Suiryu*). São Paulo; AGWM, 2009.